

“Equador” - A discursividade híbrida de Miguel Sousa Tavares

Sieber, Cornelia, Centro de Investigação Ibero-Americana da Universidade de Leipzig (Alemanha)

Secção: “A construção discursiva de identidade em línguas românicas”

Resumo: No presente artigo analisa-se o uso de certas palavras como meios de batalha simbólica no romance histórico *Equador* do escritor português Miguel Sousa Tavares. Nas batalhas simbólicas descritas quebra-se obviamente a suposta unidade entre signo e significado no sistema linguístico e expõe-se a hibridez da linguagem. Dirige-se a atenção à ambivalência do ‘acto de enunciação’, no qual os signos dum depósito comum numa língua são activados para expressarem as ideias subjectivas de quem fala. Nesse acto influi a posição do falante – o seu lugar, as suas experiências e expectativas. Além disso, o uso da língua é menos exposto como reflexo fiel das coisas ou ideias que se pretende só representar, e mais na sua capacidade de enevoá-las ou até substituí-las. Assim, na complexa situação histórica dos inícios do século XX, pano de fundo do romance, na qual Portugal estava num momento difícil dos pontos de vista interno e externo, não se encontra na língua um fácil meio de unidade e univocidade para uma identidade comum da nação ou do império.

1. Linguagem como hibridez

A ideia da construção discursiva de identidade através da língua é questionada em detalhe pelo escritor e jornalista português Sousa Tavares no seu primeiro romance, intitulado *Equador* e editado em 2003. Trata-se dum romance histórico sobre a situação do estado e império português e a imagem que expunha ao mundo nos inícios do século XX. Esta temporada caracteriza-se, como veremos, por lutas políticas e económicas que em muitos casos eram executadas simbólicamente e discursivamente. O autor focaliza este nível de luta ao enfrentar-nos com recurso a imagens literais com sentido altamente emocionante tais como ‘dever patriótico’ ou marcadas por uma valorização moral forte tal como a repreensão de ‘escravatura’. Os diversos competidores usam semelhantes palavras para se enfrentarem uns aos outros evocando sentidos opostos. Assim, o romance mostra-nos ambiguidade ou seja polifonia das expressões. Em vez de representarem univocamente uma coisa material ou imaterial, é exibido quanto o entendimento dos signos depende do contexto, da intenção do falante e do ouvinte. Até são usadas para encobrir assuntos que deveriam expressar. Por exemplo, a definição oficial do termo ‘escravatura’ usa-se para negar o reconhecimento das condições de trabalho nas plantações das ilhas coloniais portuguesas de São Tomé e Príncipe

como uma situação de quase-escravatura. Poder-se-ia dizer que um dos temas principais do romance é justamente a discrepância entre as palavras e o estado das coisas que elas pretendem representar. Nesse sentido trata-se dum romance interrogativo à ideia da identidade estabelecida pelo uso comum duma língua, posto que a língua comum é o campo de batalha entre diversas interpretações e que nestas batalhas se quebra a unidade entre signo e sentido da palavra, que era antes comum. Em vez duma imagem de identidade, o romance exhibe o conceito de ‘polifonia’ da língua, conforme Michail Bachtin desenvolveu na sua obra *A estética da palavra*, onde constata o carácter híbrido de toda a linguagem. As elaborações do teórico russo tornam visível que o modelo da palavra homófona, e com ele, da comunidade linguística e, por inerência culturalmente homogénea, é uma construção. Esta dissimula a posição do falante que se apodera dos signos disponíveis nessa língua para expressarem o seu próprio ponto de vista conferindo-lhe a impressão de universalidade. Assim, Bachtin vê n’ “a imagem da linguagem sobretudo um híbrido consciente”, explicando que “aqui existem necessariamente duas consciências de linguagem – o significado e o signo (significante), o que pertence a outro sistema de linguagem” (Bachtin 1979: 244s., trad. própria da versão alemã)¹. Com esta declaração se despede da ideia da unidade original e estável entre um signo linguístico e o sentido destinado a ele. Os falantes e os ouvintes são os actores que têm que reconstruir uma relação entre as duas “consciências de linguagem” em cada situação de enunciação, através das suas próprias experiências. Assim, esta ligação é feita performativamente. Partindo deste conceito da linguagem, o teórico cultural Homi Bhabha desenvolve a sua ideia do ‘terceiro espaço da enunciação’ e interroga o modelo de identidade que se baseia numa suposta unidade linguística:

The intervention of the Third Space of enunciation which makes the structure of meaning and reference an ambivalent process, destroys this mirror of representation in which cultural knowledge is customarily revealed as an integrated, open, expanding code. Such an intervention quite properly challenges our sense of the historical identity of culture as a homogenizing, unifying force, authenticated by the originary Past, kept alive in the national tradition of the People. (Bhabha 1994: 37)²

Contanto que se chama a atenção à posição do falante, nota-se claramente como até as expressões de semelhante conteúdo mudam de sentido com o seu envolvimento num novo contexto. Uma coisa é se o protagonista expressa a sua ‘saude’, o sentimento tão português de ligação nostálgica à terra quando escreve a sua primeira carta da remota ilha de São Tomé a Portugal, mas é outra coisa diferente quando se usa a palavra para expressar logo a sua ‘saude’ relativa à selva da ilha no Atlântico. Com o deslocamento inscrevem-se no próprio

¹ Vide também Fonseca (1992).

² Vide para uma discussão mais ampla Gronemann & Sieber (2006).

corpo do protagonista as novas condições climáticas, o outro ritmo e tempo da vida. Deste modo o meio primitivo e signo preferido de identidade – o corpo – é apresentado nos seus processos de mudança. Muda com os conhecimentos e memórias que acumula e com o ambiente; daí que a aparência não seja estável e que com isto mude o próprio valor significativo que o corpo expressa (vide para esse conceito do corpo de Toro 2002: 46-49, 2004). Scheffer & Jahraus apontam com respeito à importância do corpo para a identidade a sua actuação ambígua e performativa:

Com o corpo mina-se a dicotomia ‘natureza vs. cultura’ e a vista dirige-se aos espaços ‘entremeio’ entre predisposição biológica natural e codificação cultural, entre o involuntário e a intencionalidade, entre a nudez e a vestimenta, entre superfície/espaço e inscrição/ilustração/tatuagem. Justamente esses espaços ‘entremeio’ indicam a localização da identidade, da individualidade e da subjectividade no espaço de tensão entre o corpo e o discurso, maneira que têm que ser construídas e que são simultaneamente subvertidas através do corpo. (Scheffer & Jahraus 2002: 7, trad. própria)

Vendo que no romance *Equador*, por um lado, as palavras podem enevoar e até tentar substituir a materialidade que pretendem expressar e, por outro lado, os signos são expressos por uma materialidade que muda constantemente (o corpo), parece um tema importante o questionamento da ideia da identidade através da língua.

2. “Não basta apregoar ao mundo que se tem um Império”

A situação de Portugal no começo do século XX, pano de fundo do romance *Equador*, caracteriza-se pela mistura de conflitos internos e externos crescentes. Após a guerra civil (1828-34) e de três décadas de revoluções (1820-51) na primeira metade do século XIX, o país encontrava-se em sistema de “Regeneração” durante toda a segunda metade do século XIX, uma fase na qual a rotação do poder entre os assim chamados “conservadores” e “liberais” era controlada pelas oligarquias. Esses dois partidos intercalavam-se no sistema da monarquia constitucional através da negociação de mudanças governamentais que seriam mais tarde ratificadas pelo monarca através de um decreto e por 1% da população, que tinha o poder de voto (vide Bernecker & Pietschmann 2001: 87). Na última década do século XIX formou-se com os “republicanos” uma pequena burguesia de oposição, que por causa das suas diversas fraquezas, especialmente no âmbito económico e organizador mudava-se para atacar sobretudo metas simbólicas do sistema e criava polémica acerca da figura representativa do monarca. Isto colaborou com o atentado fatídico contra o rei Dom Carlos e o príncipe Luís Filipe no ano de 1908 e o fim da monarquia em 1910. O historiador alemão Walter Bernecker esclarece relativamente a esse acontecimento:

A revolução de Outubro de 1910 era no fundo uma revolta lisboeta. O resto do país chegou a saber da demissão do rei por via telegráfica. (Bernecker & Pietschmann 2001: 96, trad. própria).

O romance *Equador* realça o papel das imagens e discursos na luta política e o desempenho dos meios de comunicação. Tanto o conflito interno em Portugal entre os partidários da monarquia e os “republicanos”, quanto o conflito externo contra as demais potências coloniais tais como Inglaterra, França e Alemanha, contra as quais se lutou pelo território africano no tempo precursor da primeira guerra mundial, são apresentados como uma batalha simbólica pela opinião pública. Principalmente a importância dos jornais nesta luta é exposta no romance. Primeiramente enfoca-se o conflito acerca do monarca através dos meios de comunicação. O rei era na verdade a figura representativa que menos poder tinha no sistema da “Regeneração”, mas na briga dos adversários do sistema político estabelecido era o alvo de maior expressiva. Por isso, a polémica na imprensa republicana focava-se na sua pessoa. A mudança de sistema da monarquia para a república, que aconteceu após o atentado fatal à família real, foi, nesse sentido, no começo um acto altamente simbólico. Em segundo lugar, chama-se atenção a um segundo conflito, que lida com a acusação apresentada na imprensa inglesa que na colónia portuguesa de São Tomé ainda existia trabalho escravo. Concentrando a opinião pública contra Portugal deveria ser sido feito um embargo contra o cacau que era produzido em São Tomé, que ao mesmo tempo favorecia a protecção da plantação de cacau nas colónias inglesas do oeste africano. Pode-se, assim, constatar nos dois casos o uso consciente dos meios de comunicação e das imagens difundidas como instrumentos da luta política.

Cabe, neste momento, lembrar que o autor Miguel Sousa Tavares trabalha também como jornalista e tem uma alta consciência de como atrair atenção ao próprio discurso e à sua opinião no debate público através do uso da linguagem.³ Para *Equador*, seu primeiro romance, Sousa Tavares pesquisou não somente em livros e colecções de cartas, mas também em diversas edições de jornais e revistas, que foram publicados entre 1904 e 1908 na metrópole ou nas colónias. No final do romance encontra-se uma bibliografia que lista os textos consultados.

³ O autor é sobretudo um jornalista famoso em Portugal, que é colunista para o jornal diário *Público*, contribui para rádios e media fóruns na Internet, sempre com comentários críticos sobre temas públicos como o desperdício de dinheiro na construção dos estádios de futebol no campeonato europeu de futebol ou as demasiado longas férias dos professores. Ele também faz uso de imagens polémicas nas discussões, quando por exemplo chama o novo aeroporto da Ota um “crime” e denomina a sua planificação “uma desbragada política de despesas públicas à medida dos interesses dos caciques eleitorais do PS [partido socialista]” e refere-se aos “idiotas”, que sempre teriam que suportar os altos impostos. Argumenta que “dos dez estádios do Euro, não mais de três ou quatro teriam ocupação ou justificação futura. Não quiseram ouvir, chamaram-nos ‘velhos do Restelo’ em luta contra o ‘progresso’” (Tavares 2005).

Como protagonista, Sousa Tavares escolhe a figura de Luís Bernardo Valença. Este é descrito no começo da romance, no ano de 1905, através de um narrador omnisciente como um homem de 37 anos, que trabalha no escritório de uma companhia de navios em Lisboa que lhe foi herdada pelo pai e que de vez em quando tem um relacionamento amoroso. Além de ser sócio de um clube, onde na maioria das vezes se defendem opiniões pragmáticas⁴ - e que ele chamou atenção ultimamente através de dois artigos no jornal *Mundo* e uma pequena publicação acerca da questão colonial (vide Tavares 2003/²⁰2004: 12-14).

A apresentação dessas obras pode ser considerada como uma iniciação na temática da luta pela opinião pública.

Nos seus dois artigos, Luís Bernardo exigia uma política colonial moderna que fosse efectiva para o comércio e a economia, e também mostrava uma pretensão civilizacional. Assim o narrador omnisciente resume o conteúdo das obras do protagonista. Somente um pedaço do texto aparece como citação directa. É a reclamação de Luís Bernardo, que as colónias não deveriam ser mais dirigidas por “sobas” (palavra pejorativa para chefe duma tribo), que somente teriam ido para lá, já que em Portugal eles não eram ninguém e se comportavam pior do que os comandantes locais, que lá se encontravam, não parecendo europeus que estavam a serviço da civilização e do progresso e não fazendo jus ao estatuto de representantes do seu país (vide *ibid.*: 14). Os artigos, diz a voz narrativa, “foram amplamente citados e discutidos pela sua análise de uma rara frieza e equilíbrio” (14) pelos seus contemporâneos. A afirmação sobre o equilíbrio e a sobriedade transmite uma ideia contrária àquela que se ganha através da citação directa, – posto que os representantes de Portugal nas colónias estiveram tratados por Luís Bernardo de uma maneira muito polémica. Parece que as análises frias, ou seja, a frieza dos sentimentos na argumentação ficaram desbotadas na memória ou na atenção do próprio narrador, já que não lista nada dessa argumentação. Parece que o único que ficou marcado na memória da voz narrativa é a imagem forte e pregnante dos colonialistas portugueses descritos como uns comandantes locais brancos meio selvagens, que não se comportavam de acordo com os padrões europeus. A ideia de frieza e equilíbrio só se poderia dar no sentido que Luís Bernardo não tomou no seu discurso o lado dos “monarquistas” ou dos “republicanos” que se enfrentaram, entre outros assuntos em Portugal sobre a pergunta das colónias. Em vez disso afastou o problema empurrando-o até à remota África. Os “sobas” seriam os responsáveis, um signo que naquele momento se liga a um conteúdo incerto e distante. Assim, move praticamente o foco da briga para um lugar distante, fora do contexto actual. O árduo conflito lidava com a vontade da monarquia constitucional do governo de

⁴ O clube “os Sobreviventes” é uma invenção literária contra a associação “Os Vencidos da Vida”, da qual o

Lisboa de realizar a visão do “Mapa Cor-de-Rosa”, onde territórios de Moçambique e Angola deveriam ser ligados através do sul africano, formando assim uma “África do Sul Portuguesa”, visão que porém teria que ser cancelada devido a pressões inglesas⁵. Esse cancelamento fortificou os oponentes da monarquia, favorecendo um levante nacionalista, a queda de dois governos sucessivos e o movimento republicano, anti-monarquista, que catalisou a fúria contra o monarca Dom Carlos I., ao dar-lhe a culpa pelo descaso dos interesses nacionais através da negligência da política colonial (vide Bernecker & Pietschmann 2001: 92).

Com o seu ‘afastamento’ do conflito até África, Luís Bernardo tornou-se famoso e escreveu mais um opúsculo sobre o assunto. O narrador onisciente informa sobre essa publicação usando a mesma técnica narrativa, o conteúdo é brevemente avaliado e resumido. O pequeno livro deveria ser principalmente um guia numérico com os dados sobre o comércio importador da África nos últimos dez anos. Estes dados deveriam mostrar a insipiência deste comércio para a Europa, o precário uso deste para com os interesses nacionais e o desperdício das oportunidades, que poderiam ter sido concretizadas em relação ao uso racional e inteligente das riquezas além-mar (pág. 14s.). Porém, só uma frase é citada, a qual constitui o resumo: “Não basta apregoar ao mundo que se tem um Império – concluía ele – é também necessário explicar porque se merece tê-lo e conservá-lo” (pág. 15). A resposta que o protagonista recebe de um defensor da tradicional política colonial, que se intitula um “africanista”, torna-se um cartão de visitas (pág. 15) para ele e sua fama. Criam-se nomes para os adversários deste novo campo de disputa, pois a nova decisão é entre “africanistas” e “europeus”. Quintela Ribeiro, um “africanista” e grande dono de terras em Angola pergunta no *Clarim*, o segundo jornal mais importante ao lado de *Mundo*, o que Luís Bernardo sabe sobre a África e contra-ataca a polémica frase do autor dizendo: “Não basta apregoar ao mundo, como este Valença, que se tem uma cabeça. È também necessário explicar por que se merece tê-la e conservá-la” (ibid.). Esse jogo de palavras com uma ameaça de morte implícita mostra a percepção do debate como ele é apresentado em *Equador*. A disputa focaliza-se na troca de ferozes palavras, distanciando-se, ou seja, substituindo a controvérsia sobre o conteúdo. Pelo menos, não são registadas pelo narrador eventuais contra-argumentações.

famoso escritor José Maria Eça de Queirós fazia parte (vide Tavares 2003/²⁰2004:67).

⁵ Vide Oliveira Marques (2001: 485): A visão do “Mapa Cor-de-Rosa” é apresentada em 1887 pelo ministro das relações exteriores Henrique Barros Gomes na câmara dos deputados, Cecil Rhodes a ataca fortemente e a imprensa inglesa inicia uma forte iniciativa polemica em contra de Portugal. Vide Bernecker & Pietschmann (2001: 92): Em 1890 o primeiro ministro britânico Lord Salisbury dá um *Ultimatum* a Portugal, Portugal aceita e desiste de suas intenções territoriais.

O controle do polémico duelo de palavras conduz Luís Bernardo a uma difícil missão. O rei pede-lhe que vá a São Tomé como governador, e lá ele deveria cumprir a seguinte missão, citando as palavras do monarca a seu amigo João:

[...] a missão de convencer um cônsul inglês que para lá irá residir de que, ao contrário do que diz a imprensa e os comerciantes ingleses, não há trabalho escravo em S. Tomé. Isto, ao mesmo tempo que terei de convencer os colonos portugueses de que acabou a escravatura e de que os seus trabalhadores devem passar a ser homens completamente livres – livres até de se irem embora, mas sem que isso afecte a prosperidade das roças. (pág. 75s.)

O diálogo entre o João e o Luís Bernardo que se segue àquela descrição da missão salienta de todo a hibridez discursiva em jogo. O João fica muito mais contente do que o próprio Luís Bernardo e diz: “Homem, mas isso é exactamente a tua tese! O Rei pegou-te nas palavras!” – Ao que Luís Bernardo pergunta espantado: “Qual tese?”, e João lhe dá sua interpretação:

Qual tese? Então, a que andaste a defender em público, pelos jornais e pelos salões, de que os nossos colonos não eram capazes de tirar rendimento económico das colónias sem recorrer a métodos há muito ultrapassados pela história. Aí tens agora uma excelente oportunidade para provares a justeza das tuas teorias. (pág. 76)

Aqui fica clara a ambivalência da argumentação (antes tão neutra e balanceada), da prova numérica, assim como dos golpes retóricos e de sua resultante atenção. Com os escritos de Luís Bernardo, ele torna-se a esperança do rei nessa situação difícil. O monarca espera que, como ele mesmo expressa, Luís Bernardo consiga impor a interpretação portuguesa das condições trabalhistas dos trabalhadores negros nas plantações perante a visão inglesa e que esta última se aproxime da primeira, evitando assim que a Inglaterra concretize sua proibição de importações contra o cacau de São Tomé (vide pág. 63). Isso que dizer, que a imposição da visão portuguesa era o objectivo principal, tanto jurídica quanto formalmente. Essa visão mostrava os trabalhadores angolanos nas plantações de cacau de São Tomé como trabalhadores assalariados satisfeitos, que depois que seu contrato terminasse, continuavam trabalhando nas lavouras pois lá as condições eram satisfatórias; e não porque se tratava de uma forma disfarçada de escravidão, como a imprensa inglesa reclamava nas suas campanhas, que eram patrocinadas por colonialistas ingleses do oeste africano, que também tinham interesse no comércio do cacau e que só estariam difamando os trabalhadores angolanos para conseguir uma vantagem na concorrência. Ao mesmo tempo Luís Bernardo deveria providenciar que as práticas trabalhistas nas lavouras mudassem realmente em direcção à interpretação portuguesa do trabalho angolano; missão ainda mais difícil do que a primeira. Apesar disso, João interpreta a oferta como possibilidade de culpar os colonialistas locais pela miséria interna e externa de Portugal. Ao invés de interpretar a missão como projecto de

reforma do sistema trabalhista – ao mesmo tempo em que se tinha que assegurar do ponto de vista retórico que essa reforma não era mais necessária –, João mostrava a Luís, que ele também poderia certificar a incapacidade de reformas do sistema colonial português. João acentuava o prestígio que Luís Bernardo ganharia com o cargo de governador, assim como a possibilidade de conseguir melhores contratos para a sua empresa de navios na colónia (vide pág. 77). Quando João denomina a aceitação do cargo simultaneamente como um “dever patriótico” de Luís Bernardo, ele usa este termo num sentido oposto do que o que o secretário do monarca quer dar para entender com as palavras “você é o homem certo para esta tarefa e do seu bom desempenho dependem coisas muito importantes para este país” (pág. 63). Essas duas versões opostas de como Luís Bernardo deveria e poderia desempenhar o seu cargo, têm em comum que assumam que o Luís Bernardo use a sua habilidade retórica para canalizar a atenção conseguindo com isso mais espaço para actuar.

Como ele não encontra nenhuma possibilidade de recusar a oferta real, Luís Bernardo tem que ir para o seu chamado “desterro no Equador” (pág. 77) fornecido com o opulento título de governador de São Tomé, Príncipe e São João Baptista de Ajudá.

Essa aglomeração de nomes de lugares, que dá mais pompa ao som do seu título, é mais um exemplo para a ambivalência dos signos, já que exactamente na denominação de São João Baptista de Ajudá aparece uma imagem de derrota ao invés de demonstrar uma grandeza colonial. Ajudá se restringia a uma fortaleza praticamente sem valor, que Portugal ainda conservava após invasões francesas e inglesas no golfo da Guiné. De acordo com Oliveira Marques (1995/2001: 482), a França respeitava a bandeira portuguesa em Ajudá como um favor para que Portugal se afastasse de tentar anexar territórios vizinhos à fortaleza.

Luís Bernardo procura cumprir o seu cargo de governador usando os meios representativos e simbólicos que tem em São Tomé. Ele faz amizade com o cônsul inglês, que era responsável pelo relatório sobre as condições trabalhistas nas roças de cacau, que servia como fonte para a decisão inglesa da proibição das importações. Por outro lado ele tenta convencer, até com um certo sucesso, os moradores da cidade e até uma parte dos donos das plantações a participar em alguns projectos representativos como a recepção do príncipe português na ilha (cap. XVI). Tenta organizar a construção de um hospital público e a melhoria da rede eléctrica na capital da ilha. Negocia os meios para essas obras através de cartas com Lisboa. Depois que a visita do príncipe à ilha se torna um sucesso de imprensa graças aos seus talentos organizatórios, – a *Ilustração Portuguesa* reportou por exemplo sobre uma recepção com muito estilo numa das grandes roças – Luís Bernardo começa a pressionar o governo central através de cartas por um aumento de capital ou por possibilidades de crédito, com a tática de

lembrar implicitamente que a imprensa oposicionista republicana alistava os altos gastos que a visita real causou.

Os seus esforços foram acentuadas no relatório inglês de 1907, que afirmava que a maioria dos trabalhadores angolanos foram trazidos contra a sua vontade para a costa e para São Tomé (vide pág. 481), mas que também constatava que por exemplo em Boa Entrada, uma das localidades, já existiam boas condições de trabalho. Notava-se que novos esforços seriam precisos mas tinha-se a esperança que para os contratos que venceriam em breve, se iniciaria na prática a nova directiva de repatriação que já existia como lei. Outra esperança era a forte participação política do actual governador Luís Bernardo Valença, que se tinha mostrado útil na defesa dos direitos dos trabalhadores indígenas (vide pág. 482). Isto queria dizer, que ele participara da avaliação do mantimento dos contratos trabalhistas, que ele terminara pacificamente uma revolta numa roça em Príncipe e que ele teria defendido dois trabalhadores fugitivos perante a corte. Essas foram simultaneamente as acções que levaram os donos das lavouras a se posicionarem contra ele e que fizeram uma parte da imprensa lisboeta criticar, o que é representado no texto como uma citação directa em aspas, a sua “política zigzagueante, sem rumo nem proveito aparente para Portugal” (pág. 439).

Dos conselhos decisivos sobre o embargo Luís Bernardo não participou. O lobby político e dos donos de plantações negociava em Lisboa com os representantes dos importadores ingleses de cacau de São Tomé, a partir do seu ponto de vista formal-jurídico que se baseava numa definição de escravidão e argumentava que as condições trabalhistas em São Tomé não cumpriam textualmente com essa definição. Nessa situação onde valia somente uma palavra contra a outra, Luís Bernardo perdeu suas esperanças em sua missão e decidiu-se por terminá-la, já que o embargo parecia inevitável (foi realmente concretizado em 1909, depois de algumas confusões e da execução do rei e do príncipe).

Ele procurou porém como última medida do seu cargo rebuscar as palavras certas para o seu telegrama de demissão que devia recrear a sua própria imagem para a volta para Portugal:

Redigiu quatro ou cinco versões do telegrama, que rasgou sucessivamente, por nenhuma lhe parecer suficientemente dura e inatacável. Precisava de uma formulação que pudesse depois ser objecto de uma discreta fuga para a imprensa de Lisboa e cuja publicação não deixasse dúvidas nos espíritos de que ele lutara pelos interesses nacionais e pelo bom nome de Portugal até ao limite da estupidez e da má-fé invencíveis. Que lutara sozinho e que fora traído pela hipocrisia e falta de apoio do governo. (pág. 490)

3. “Olho, escuto, cheiro: como se tivesse acabado de chegar ao mundo”

É nesses preparativos de sua demissão, que o protagonista percebe que ele não sairia como o mesmo Luís Bernardo que entrara no cargo. No mesmo dia da sua chegada, ele notifica João através de uma carta do sentimento estonteante da chuva, do calor e do clima abafado, das

mordidas de mosquito e do medo e solidão vividos e escreve: “Olho, escuto, cheiro: como se tivesse acabado de chegar ao mundo” (pág. 147). Depois de alguns dias ele já se parecia com um índio, queimado e com rastros de sal sobre a pele e cabelos (pág. 150), ao contrário dos colonialistas brancos da ilha, que raramente tomavam o sol ou iam à praia. Ele lia as poesias do famoso escritor negro de São Tomé, Costa Alegre, que comparava o seu amor impossível por uma mulher branca com a escravatura. Ele se enjoara do cheiro dos pobres casebres e depois de ver as condições ali existentes, não conseguia imaginar como um trabalhador negro aguentava a tortura vivida nas plantações de cacau. Com o passar do tempo ele de manhã ficava esperando pelos primeiros chamados dos papagaios e de tarde pelos dos *ossobó*, que anunciavam a chuva. Ele tinha olhado os trabalhadores negros nos olhos e nas feridas provocadas pelo chicote e pela vara quando ele os defendeu perante a corte e quando terminou a revolta na ilha de Príncipe com meios diplomáticos. Ele tinha se deixado conquistar por uma mulher. No seu segundo inverno ele já sentiu falta da floresta – do *obó* – e visitou novamente as roças “para matar saudades desses cheiros todos de África” (pág. 477). E bem no final quando ele percebe que já somente conhecia o seu mundo anterior através da imprensa ou das cartas dos seus amigos, ele se deu conta que a ilha era agora o seu território, e que era ligado a ela:

Agora, que o seu mundo de outrora se tornara apenas uma recordação antiga, alimentada em notícias de jornal ou esparsas cartas de amigos, aquela paisagem das ilhas era o que lhe restava de íntimo, de familiar, de território seu. Agora, que tudo parecia aproximar-se do fim, ele compreendia pela primeira vez o que sempre lhe parecera incompreensível: o apego de tantos homens brancos a África, aquela ligação desesperada e quase doentia que prendera tantos para sempre àquelas ilhas, de que só pensavam partir, mas de que verdadeiramente não conseguiam desprender-se. (pág. 495s.)

Com o seu deslocamento de Portugal às ilhas coloniais no Atlântico o protagonista mudava duma maneira que cabe dizer que o lugar inscreve-se até nos seus pontos de vista e sentimentos mais profundos. Trocou o conteúdo que para ele tem o signo verbal ‘aqui’/‘ali’, e até mudou a sua percepção de ‘nós’/‘eles’ quando se tem em conta que no início os ‘sobas’ brancos da África foram o fácil signo de vago conteúdo com o que afastava a problemática colonial para fora de Portugal. Confrontado com eles ao vivo, não se sente como um ‘nós’ com eles, mas perde-se a ligação com o seu ‘nós’ antigo e ele fica ‘entre meio’, posto que percebe o sentimento de desesperada ligação ao lugar tropical que têm muitos habitantes brancos. As “saudades que já doem” (pag. 146), que exclamava na carta ao João escrita no dia da chegada à São Tomé, tornam-se com o tempo nas “saudades desses cheiros todos de África que, sabia-o agora, jamais deixariam de habitar consigo, cada dia que vivesse, onde quer que estivesse” (pág. 477). A lembrança aos cheiros – antes tão alheios – inscreveram-se, então, no

fundo da sua memória e os signos como ‘obó’ e ‘ossobó’ chegam a ter um sentido concreto enquanto Portugal através dos escritos longínquos desvanece. Esta mudança é percebida como uma ameaça à identidade desde os inícios do deslocamento pelo protagonista. Na mesma primeira carta a João escreve:

Desejei muito que pudesses estar comigo agora, aqui, a viver ao mesmo tempo que eu tudo isto que me parece tão diferente, tão intenso, tão primitivo e tão perigoso [...] Se alguma coisa faz sentido em toda esta confusão, é que me devo manter fiel àquilo que sou e que penso, sem me transformar noutra pessoa que tu, e eu próprio, não reconheceríamos mais tarde. (pág. 147)

Através da mudança – involuntária – do protagonista ao longo do romance, sublinhada no seu deslocamento, é colocado um segundo ponto de interrogação atrás da pergunta de construção discursiva da identidade por meio da língua. Por um lado é exposto até que ponto a ligação entre signo e conteúdo pode ser instável dependendo da situação concreta da enunciação, e por outro lado, é mostrada a instabilidade de quem usa a língua. Isto é, o conceito da língua como depósito de uma identidade estável é revogável em prol da aceitação da língua como um processo dinâmico e performativo.

Assim, tão-pouco na complexa situação histórica dos inícios do século XX, o quadro contextual do romance, se encontra na língua um fácil meio de unidade e univocidade para uma identidade estável e comum da nação ou do império portugueses.

Bibliografia

- Bachtin, M. (1963/1971): *Probleme der Poetik Dostojevskijs*. Ed. W. Höllerer, trad. A. Schramm. Carl Hanser Verlag, München.
- Bachtin, M. (1979): *Die Ästhetik des Wortes*. Ed. Rainer Gröbel. Suhrkamp Verlag, Frankfurt.
- Bernecker, W.L. & Pietschmann, H. (2001): *Geschichte Portugals*. Verlag C.H. Beck, München.
- Fonseca, J. (1992): Heterogeneidade na língua e no discurso, em: idem. *Linguística e texto/discurso. Teória, descrição, aplicação*. Ministerio da Educação, Lisboa, pp. 249-292.
- Gronemann, C. & Sieber, C. (2006): Nuevas cartografías en las performances de latinoamericanos en Norte-América: Guillermo Gómez-Peña, *Border Brujo* (1993) y Alberto Kurapel, *Off, Off, Off ou sur le toit de Pablo Neruda* (1986), em: Toro, A. de (ed.): *Hibridez – Transmedialidad – Cuerpo. Actas de coloquio*. Vervuert, Frankfurt (em prensa).

- Marques, A.H. Oliveira de. (2001) : *Geschichte Portugals und des portugiesischen Weltreichs*. [Parcialmente trad. da *Breve História de Portugal* (1995)]. Kröner Verlag, Stuttgart.
- Scheffer, B. & Jahraus, O. (2002): Vorwort, em: Landfester, U. (ed.). *Schrift und Bild und Körper*. Aisthesis Verlag, Bielefeld, pp. 7-8.
- Tavares, M. Sousa (2003/²⁰2004): *Equador*. Oficina do Livro, Lisboa.
- Tavares, M. Sousa (2005): Um crime na Ota, em: www.plenar.blog.pt, 6.8.2005.
- Toro, A. de (2002): Jenseits von Postmoderne und Postkolonialität. Materialien zu einem Modell der Hybridität und des Körpers als transrelationales, transversales und transmediales Wissenschaftskonzept, em: Hamann, C. & Sieber, C. (ed.). *Räume der Hybridität*. Olms Verlag, Hildesheim, pp. 15-52.
- Toro, A. de (2004): Hacia una teoría de la cultura de la 'hibridez' como sistema científico transrelacional, 'transversal' y 'transmedial'. *Estudios Literarios & Estudios Culturales. Nuevo Texto Crítico* (Stanford University) 25/26, pp. 275-329.